



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **19/07/2018**

Aprovado em: **02/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.06.08>

ANÁLISE HISTÓRICA DA CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO, LANA LISIÊR DE LIMA PALMEIRA

RESUMO: A proposta deste artigo é analisar a história da consolidação do ensino superior no Brasil. A partir do estudo da origem da universidade e de sua expansão pela Europa é possível compreender a origem das primeiras instituições de ensino superior na América Latina. Ingressando-se na história dos primeiros cursos superiores no país, é possível compreender alguns dos fatores político-culturais que levaram ao processo tardio, em relação ao restante dos países latino-americanos, de consolidação do ensino superior no país.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Universidade; História da Educação; Ensino Público; Ensino Privado.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the the history of the consolidation of higher education in Brazil. From the study of the origin of the university and its expansion through Europe it is possible to understand the origin of the first institutions of higher education in Latin America. Entering the history of the first higher courses in the country, it is possible to understand some of the political-cultural factors that led to the late consolidation process, in relation to the rest of the Latin American countries, of higher education in the country.

KEYWORDS: Higher education; University; History of Education; Public Education; Private Education.

RESUMÉN: La propuesta de este artículo es analizar la historia de la consolidación de la enseñanza superior en Brasil. A partir del estudio del origen de la universidad y su expansión por Europa es posible comprender el origen de las primeras instituciones de enseñanza superior en América Latina. Ingresando en la historia de los primeros cursos superiores en el país, es posible comprender algunos de los factores político-culturales que llevaron al proceso tardío, en relación al resto de los países latinoamericanos, de consolidación de la enseñanza superior en el país.

PALABRAS-CLAVE: Enseñanza Superior; Universidad; Historia de la Educación; Enseñanza Pública; Enseñanza Privada.

1 INTRODUÇÃO

A história da universidade no Brasil segue uma trajetória diferente daquela experimentada pelos demais países do continente latino-americano, em decorrência de uma série de peculiaridades próprias da colonização brasileira pelos portugueses e dos interesses políticos das elites dos diversos períodos da história do país.

O fato é que muitos aspectos merecem ser observados quando se estuda a complexa história do ensino superior brasileiro. Desta maneira, surge um problema de pesquisa relacionado a esta questão: quais seriam os fatores, sob o prisma histórico, que causaram o atraso na implementação do ensino superior brasileiro em relação aos demais países da América Latina

As universidades propriamente ditas tiveram sua origem na Europa, embora existam discorências, entre os historiadores, quanto ao período efetivo que isso tenha se dado. De um lado, existem aqueles que defendem a existência de um modelo arcaico de universidade já no mundo antigo. De outro, estão os historiadores que vislumbram que, embora algumas sementes tenham sido plantadas em períodos anteriores à Idade Média, a universidade só teria surgido, com caracteres próprios aos conhecidos contemporaneamente, após o Século XI.

A América Latina, por seu turno, teve a influência decisiva do padrão europeu de universidade na consolidação dos primeiros cursos e escolas que surgiram no âmbito da formação profissional dentro das colônias. E isto aconteceu já nas primeiras décadas da colonização. Assim, em termos históricos, o povoamento do território latino-americano, centrado em objetivos comerciais, teve impacto decisivo

na maneira como as universidades foram surgindo ao longo do continente.

O Brasil, por outro lado, experimentou uma colonização de caráter exploratório e políticas de controle bastante rígidas por parte da Colônia Portuguesa, o que teria levado a uma consolidação tardia do ensino superior brasileiro. Além disso, os próprios processos político-sociais experimentados ao longo da transição Império-República teriam causado impactos das mais diversas ordens no ensino público brasileiro, dando origem aos cursos superiores no âmbito privado.

Desta forma, colocando-se todas essas questões de maneira objetiva, este artigo tem como objetivo central analisar a história da consolidação do ensino superior no Brasil, averiguando as origens desse sistema de ensino no país e algumas de suas peculiaridades, como as influências político-ideológicas experimentadas principalmente no período de transição do Império para a República.

Para consolidação deste objetivo, a partir da lógica hipotético-dedutiva, pretende-se realizar uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com a coleta de dados ancorada em pesquisa bibliográfica e documental, a fim de trazer à tona informações e dados sobre os cursos superiores que surgiram, ao longo das décadas, no país. Assim, foram usados como fonte de dados livros, artigos científicos e documentos oriundos de algumas universidades brasileiras investigadas, a fim de responder o questionamento supra mencionado.

2 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE

O surgimento da universidade é um capítulo importante da história da humanidade. Isto porque é a partir deste momento que o desenvolvimento da ciência toma grande impulso. Neste sentido, expõe Simões (2013) que a universidade propriamente dita data do final do Século XI, em Bolonha, na Itália, com o nascimento da então denominada “Escola de Artes Liberais”. Como resultado, outras escolas começam a surgir, como é o exemplo da própria Universidade de Bolonha, nascida entre 1180 e 1190 (BARRETO e FILGUEIRAS, 2007), em que era lecionado Direito. Sobre isso, o autor menciona que já existia o curso de Direito Canônico na referida instituição no período entre 1100 e 1130.

É preciso reconhecer que este assunto levanta inúmeras teorias e estudos históricos variados, uma vez que existem discordâncias quanto ao período de surgimento da universidade. Neste sentido, não se pode deixar de mencionar que os estudos pioneiros realizados nesta esfera datam do final do Século XIX, realizados por Heinrich Denifle em 1885 (*Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*) e Hastings Rashdall's em 1895 (*The Universities of Europe in Middle Ages*)[i] (PEDERSEN, 1997, p. ix).

Desses estudos, muitos outros se desenvolveram. Alguns autores, tal qual Bortolanza (2017), afirmam que a origem da Europa remonta a alguns milênios atrás, mas não em sua configuração moderna, mas uma espécie de “modelo embrionário”.[ii] Assim, o surgimento da universidade pode ser visto em locais do mundo antigo que se estabeleceram como lugares de aprendizagem. Conforme menciona o citado autor (2017, p. 3):

seguindo uma ordem cronológica, os registros e marcas apontam a origem da universidade ainda na época helênica, quando no ano 387 antes de Cristo, o grande filósofo Platão, da Grécia, criou a Academia, localizada nos arredores de Atenas, no bosque de Academos (REALE, 2008).

Arqueólogos poloneses numa missão para limpeza do pórtico do Teatro Romano, na parte leste da cidade antiga de Alexandria descobriram 13 salões de aula, com dimensões idênticas e fileiras de bancos em degraus, na forma de semicírculo, e uma tribuna elevada, aparentemente para o professor ou

conferencista (LULAT, 2005). A Universidade de Alexandria no antigo Egito tinha capacidade para 5.000 estudantes. Os arqueólogos poloneses também encontraram a antiquíssima biblioteca em Alexandria, fundada por Ptolomeu I cerca de 295 A.C., e incendiada no século IV, localizada na região portuária da cidade de Alexandria (LULAT, 2005). Estas obras tinham como propósito refletir os valores de sua época, ou seja, de apoio a difusão do saber grego clássico para o Oriente (MEY, 2004).

Foi em Alexandria, segundo alguns estudiosos, que teria sido plantada a semente do que viria a ser a universidade propriamente dita, especificamente através da Biblioteca e do Museu, uma vez que ambos os ambientes se desenvolveram como locais de pesquisa. Conforme Barreto e Filgueiras (2007, p. 1780):

A primeira instituição que mais se aproxima de nosso conceito de universidade, embora nunca tenha sido assim designada formalmente, foi o conjunto constituído pela Biblioteca e pelo Museu de Alexandria. Essas duas notáveis instituições da Antigüidade foram criadas na metrópole greco-egípcia fundada às margens do Mediterrâneo por Alexandre Magno. Após a morte prematura de Alexandre em 323 A.C., o general macedônio Ptolomeu assumiu o trono do Egito e inaugurou a dinastia que fundou aqueles dois grandes centros de ciência e cultura, onde trabalharam tantos cientistas importantes do período helenístico, como Euclides, Eratóstenes, Hiparco, Arquimedes da Sicília ou Ptolomeu, o astrônomo. A Biblioteca e o Museu funcionaram como um centro de ensino e pesquisa, de certa forma antecipando nossa visão moderna de uma universidade de pesquisa.

Além disso, é preciso mencionar o imenso legado deixado pela Grécia Antiga em relação ao surgimento e desenvolvimento de inúmeras ciências. É naquele local, também, que surgem professores remunerados já no Século V a. C. (BORTOLANZA, 2017, p. 4).

Outros locais de aprendizagem se desenvolveram ao longo do tempo e permanecem em funcionamento até os presentes dias. Bortolanza (2017) cita, neste sentido, as três universidades mais antigas ainda em funcionamento: Al-Karaouine, no Marrocos, criada em 859 d. C.; Al-Azhar, no Egito, fundada entre 970 e 972 d. C.; e Nizamiya, no Irã, fundada no Século XI, que se constitui em uma rede de universidades estabelecidas na região no período mencionado.

Desta maneira, após estas breves reflexões sobre as discussões em torno do nascimento da universidade, é possível avançar em relação ao seu desenvolvimento na Europa Medieval. Como se disse, a universidade em sua configuração mais moderna nasceu em Bolonha, na Itália, entre 1100 e 1130 (SIMÕES, 2013).

Neste modelo nascente, pode-se notar bastante influência dos modelos gregos de ensino sobre os ideais que se consolidaram no ambiente acadêmico. As escolas de Platão e Aristóteles foram as que mais influenciaram a formação de uma cultura em torno do “Ensino Superior”, através dos modelos de Academia e Liceu (BORTOLANZA, 2017).

O ensino, no período, ocorria basicamente de duas maneiras: a partir da *lectio* e da *quaestio* (leitura e questionamento), o que, sem dúvida, é fruto dos modelos gregos de ensino (SIMÕES, 2013).

Como explica Minogue (1981), a ideia da universidade ganhou força na Europa, pois o conhecimento era algo extremamente desejável ao ideal de sociedade da época. Isto porque ela exercia um papel social com funções que se adequavam muito bem a todas as sociedades europeias. Nela que se

desenvolveram e foram transmitidos de forma sistemática o conhecimento científico e métodos refletidos especialmente para a sua criação, o que se tornou, naquele contexto, de forma rápida, parte da tradição intelectual europeia, como bem expressa Rüegg (2013).[iii]

Isto pode ser bem ilustrado a partir da cronologia do surgimento das universidades europeias: Universidade de Bolonha (Século XI); Universidade de Oxford (entre o final do Século XI e o Século XII); Universidade de Paris (Século XII); Universidade de Modena, na Itália (Século XII). No Século XIII, houve considerável expansão das universidades à diversas partes da Europa. Cite-se a criação da Universidade de Cambridge (Inglaterra), de Salamanca (Espanha), de Montpellier (França), de Al Mustansiriya (Irã), de Siena (Itália), de Valladolid (Espanha), de Piacenza (Itália), Sobornne (França), Murcia (Espanha), Coimbra (Portugal) e Madri. Essa expansão teve nos anos que se seguiram. Assim, ao longo do Século XIV nasceram as universidades de Lerida (Espanha), de Roma (Itália), de Avignon e de Orléans (França), de Perugia (Portugal), dentre outras. (SIMÕES, 2013).

Ao longo de toda Idade Média surgiram algumas das mais importantes universidades do mundo. Foi esse período que permitiu a expansão das universidades para a América, a partir do legado de Portugal e Espanha durante e após as colonizações.

Desta forma, pode-se dividir o surgimento da universidade em quatro períodos. O primeiro período vai do Século XII ao Renascimento, caracterizado por um “modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja” (TRINDADE, 2000, p. 122). Em um segundo momento, do Século XV ao XVII, a universidade sofre a influência das navegações comerciais, humanismo, reforma protestante e contra-reforma, o que modifica sua essência original. No terceiro momento, do Século XVII ao XIX, a universidade sofre as influências do iluminismo e do desenvolvimento da ciência (TRINDADE, 2000). Por fim, em sua quarta fase, entre o Século XIX e a contemporaneidade, “implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais” (TRINDADE, 2000, p. 122). Neste sentido, explica Bortolanza (2017, p. 4):

A universidade europeia conservou essencialmente a estrutura medieval até o século XVII. Após esse período, a influência da Revolução Científica se fez sentir cada vez mais forte, até que finalmente, no século XIX, ocorreria o que se pode denominar uma verdadeira revolução Universitária, a partir da qual a universidade passa a ser o local por excelência da realização da pesquisa científica.

Trata-se de um resumo da evolução da universidade sob o prisma europeu. Embora a universidade na América Latina e no Brasil (de forma retardatária, diga-se), sofram decisiva influência desse modelo, o fato é o continente latino-americano guardou suas próprias peculiaridades quanto ao desenvolvimento das universidades. Espanhóis e portugueses tiveram influência decisiva nesse processo, merecendo destaque em relação ao tipo de universidade que implantaram em suas colônias.

3 OS CURSOS SUPERIORES NA AMÉRICA LATINA

O aparecimento das primeiras universidades na América Latina está ligado ao processo de difusão da cultura universitária por toda Europa a partir do Século XII, conforme mencionado anteriormente. Segundo esclarece Trindade (2000, p. 123), “enquanto a universidade se alastrava na Europa em todas as suas latitudes – da Península Ibérica à Rússia e do Sul da Itália aos países nórdicos – a

instituição aportou nas Américas” .

De um lado, os espanhóis legaram imenso patrimônio cultural aos povos colonizados, mas, de outro, não se pode desconsiderar que isso teve como motivação a necessidade de expansão do sistema comercial espanhol (BORTOLANZA, 2017).

Desta forma, tem-se como marco inicial desse processo a criação da *Universidad Autónoma de Santo Domingo*, na atual República Dominicana, em 1538. Mas foi com a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* que o cenário começou a mudar, como explica Bortolanza (2017, p. 6):

Decana da América, fundada em 12 de maio de 1551 nos conventos de Cuzco, principal cidade peruana no século XVI, e Lima com estudos de Artes e Teologia (...). La Universidad Nacional Mayor de San Marcos é a única da América que teve suas atividades continuadas sem interrupções. Desde a sua criação foi conduzida por 213 reitores. Embora tenha mudado de locais por cinco vezes, manteve sua função universitária em plena atividade.

O modelo dessas universidades, por decorrência lógica do processo colonizatório, seguiu o modelo francês adotado nas universidades europeias. Esse era o modelo adotado em Salamanca, expandindo-se por todo o continente (TRINDADE, 2000).

A prática das universidades europeias estava associada essencialmente a atividades de pesquisa, enquanto que na América Latina a prática profissional acabou se desvinculando, pouco a pouco, desse padrão, o que vai colaborar para o paulatino declínio da influência do modelo europeu no ensino universitário do continente latino (BORTOLANZA, 2017).

As universidades latinas, com o tempo, se multiplicaram a ponto que já no Século XVIII poderiam ser vistas em grande parte dos países (já existiam 19 nesse período). No Século XIX, já tinham sido fundadas mais de 30 universidades na América Latina (BORTOLANZA, 2017).

Os Estados Unidos apresentaram um modelo de universidade diferenciado. As universidades formavam cientistas, através de programas de doutorado que os habilitavam não apenas ao ensino, mas estimulava a consolidação de uma cultura em pesquisa, o que, de um lado, ajudou o contexto latino-americano, pois influenciou os países na criação de novas universidades e, de outro, levou a um afastamento do modelo europeu, na medida em que a América do Norte passou a influenciar mais seus vizinhos latinos com um modelo com caracteres próprios (BORTOLANZA, 2017).

O Brasil, por outro lado, era o único país latino-americano que não tinha universidades no Século XIX (BORTOLANZA, 2017), o que foi causado pela política expansionista portuguesa, cujo caráter exploratório demandava uma colônia submissa e sem pretensões de autonomia, incapaz de assumir a direção de si própria, o que vai postergar a propagação de uma cultura universitária no território nacional.[iv]

4 OS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL

O ensino superior no Brasil se desenvolveu, a partir do Século XIX, em descompasso com os demais países da América Latina, cujo povoamento e colonização levaram à criação das primeiras universidades já no Século XVI (TRINDADE, 2000). Essa criação tardia dos espaços universitários ocorreu por causa dos ideais e objetivos políticos que a coroa portuguesa reservara ao Brasil ao longo dos primeiros séculos de seu descobrimento (SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Moreira (2013) afirma que no Brasil o surgimento da universidade remontaria ao início do Século XIX. Nas palavras do autor (2013, p. 34):

De forma diferente de outros países da América Latina, a Universidade no Brasil não logrou existência anterior ao século XX. Apesar de as discussões acerca do estabelecimento de uma universidade no Brasil avançarem ao final do século XIX, não houve consenso entre os setores sociais dominantes quanto a sua importância e necessidade para o país. As problemáticas eram diversas, iam da busca por protagonismo de algumas províncias que queriam o pioneirismo de sediar essa instituição no Brasil ao conservadorismo de atores positivistas influentes naquele início da República (1898).

É o caso, também, de Stallivieri (2006), que afirma que a origem desta instituição teria se dado no começo do Século XIX. Conforme expõe, isso seria fruto da

(...) formação das elites que buscaram a educação em instituições europeias durante o período de 1500 a 1800 e que retornaram ao país com sua qualificação. Elas surgem em momentos conturbados e são basicamente fruto da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, fato que lhes deu uma característica bastante fragmentada e frágil (STALLIVIERI, 2006, p. 3).

O fato é que há um consenso sobre o desenvolvimento desta modalidade de ensino ao longo do Século XIX, o que permite a identificação de uma série de peculiaridades que marcaram o ensino universitário brasileiro que nascia naquele momento. Isto porque tanto o capital político quanto o cultural dos grupos dominantes à época acabaram por influenciar a existência e trajetória da universidade no país (SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Assim, é a vinda da família real ao Brasil, em 1808, que inaugura este período. Inicialmente, foram surgindo faculdades isoladas, cujo objetivo era a formação, principalmente, de profissionais liberais. Esses “cursos avulsos” foram criados por D. João VI, como explica Saviani (2010, p. 7):

Esboçando uma visão de conjunto podemos dizer que no Brasil o ensino superior teve origem a partir de 1808 na forma dos cursos avulsos criados por iniciativa de D. João VI, sendo somente no primeiro quartel do século XX que aparecem algumas iniciativas, ainda isoladas e pouco exitosas de organização de universidades. Estas só começaram a se caracterizar mais claramente a partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, seguido do Decreto n. 19.852, da mesma data, dispondo sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

Entre o período do surgimento desses primeiros cursos e a proclamação da república (1889) o desenvolvimento do ensino superior brasileiro aconteceu de forma muito lenta. A consolidação dessas primeiras faculdades em universidades de fato só acontecerá no Século XX. Neste interregno, o modelo de ensino superior estava ancorado na formação de profissionais liberais que, uma vez formados, ocupariam cargos públicos e espaços de destaque no mercado de trabalho então existente. A estes, além do acesso privilegiado ao ensino e a cargos e empregos pouco acessíveis à população em geral, era garantido também um *status* social de destaque (MARTINS, 2002).

O cenário pouco se altera com a independência política entre Brasil e Portugal, em 1822. Alguns

fatores políticos levaram à essa estagnação no desenvolvimento das universidades. Foram propostos 24 projetos de lei com o objetivo de criar mais instituições de ensino superior entre 1808 e 1822, mas nenhum deles prosperou, dada a ausência de vontade das elites dominantes daquele período histórico, que poucas vantagens viam na abertura do ensino superior a outras camadas sociais (MARTINS, 2002).

Houve uma pequena melhora desse quadro após 1850 com o desenvolvimento de entidades e instituições de caráter científico, como é o caso do Museu e Observatório Nacional. Existiam poucas faculdades no território nacional durante o Século XIX: “apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes” (MARTINS, 2002, p. 1).

Um movimento em prol da “desoficialização do ensino”, encabeçado por liberais, mobilizou as esferas sociais para que a iniciativa privada ganhasse espaço dentro do ensino superior, o que se intensificou com o fim do império. Assim, em 1879 foi proclamada a Reforma Leôncio de Carvalho, permitindo o que se denominou de “ensino livre”, ou seja, a criação de faculdades administradas da iniciativa privada (SAVIANI, 2010, p. 5).

A Constituição de 1891 é promulgada a fim de garantir a liberdade e direitos individuais, mas pecou em relação à proteção dos direitos individuais. De um lado, garantiu a plenitude de direitos civis e políticos a todos os brasileiros. Mas, de outro, tornou-se, visivelmente, uma Carta de Direitos representativa um conjunto de escolhas oriundas de um “congresso elitista e liberal” formado, majoritariamente, por “médicos, advogados e engenheiros”. Assim, a Assembleia Nacional Constituinte “foi marcada por um forte colorido liberal-positivista, com acentuada inspiração dos ideais americanos de sociedade” (SILVA, 2009, p. 4).

Neste sentido, é preciso lembrar que a igualdade, sob o prisma liberal, está arraigada na noção de que todos deveriam ter acesso a igualdade formal de direitos civis, o que significa que todos são iguais perante a lei (SILVA, 2009). Não se levou em consideração, neste viés político, que as diferenças sociais, econômicas e culturais afastavam grande parte da população do acesso material aos bens, serviços públicos e aos próprios direitos sociais, nos quais a educação se encontra inserida.

Assim, o ensino superior privado conseguiu ampla base jurídica para se desenvolver, o que ampliou a quantidade dessas faculdades em território nacional. Nas palavras de Martins (2002, p. 1):

As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920.

O momento de transição – do Império para República – trouxe novas concepções pedagógicas em todas as modalidades de ensino. A proposta educacional estava ancorada nos ideais liberais que propugnavam o desenvolvimento pleno de uma economia livre. Desta forma,

A pedagogia republicana repousava sobre uma ordem social, ainda que precária, fundamentada numa sociedade aberta, livre e democrática, atribuindo à educação o papel de agente da reforma social através da

edificação do Estado liberal, projetado no século XVIII, na Europa. O liberalismo era apresentado pelas forças republicanas como o valor mais sagrado, superior inclusive à educação (SILVA, 2009, p. 6).

A partir de 1920 houve uma mudança no teor das discussões sobre a universidade. Passou-se a discutir o conceito de universidade e seu papel dentro do espaço social. Isto foi uma evolução em termos de desenvolvimento qualitativo do ensino superior, pois a partir desse período a ciência e a pesquisa se tornaram o foco central dessa modalidade de ensino (MARTINS, 2002).

Já na década de 1930, o Estado atuou mais fortemente no sistema nacional de educação, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a reforma educacional Francisco Campos, levada a cabo em 1931. Dessa reforma nasceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, a partir do Decreto nº 19.851/1931. Em 1920 já tinha sido constituída a Universidade do Rio de Janeiro a partir da junção de várias faculdades esparsas, como a Faculdade de Medicina (anteriormente Academia de Medicina e Cirurgia, fundada em 1808), da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, da Escola Politécnica e da Faculdade Nacional de Direito. Com as reformas educacionais da década de 1930, essa universidade foi reformada, a partir do Decreto nº 19.852/1931 e foi fundada a Universidade de São Paulo em 1934, além da Universidade do Distrito Federal (cuja administração pertencia a capital do país à época, ou seja, o Rio de Janeiro). Essa onda de federalizações foi o marco da atuação federal na educação superior nas décadas seguintes, aliada a criação de novas universidades (SAVIANI, 2010).

4.1 CRONOLOGIA DAS FACULDADES E UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A partir das análises realizadas, é possível construir uma linha do tempo da criação dos cursos superiores, faculdades e universidades no Brasil, como é possível conferir no quadro abaixo:

QUADRO 1: Cronologia dos cursos superiores no Brasil

Período	Tipo de Instituição
1549-1759	Cursos de filosofia e teologia dos colégios Jesuítas
1792	Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro
1808	Curso de Engenharia da Academia Real da Marinha do Rio de Janeiro
1808	Curso de Cirurgia da Bahia
1808	Curso de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro
1808	Curso de Economia do Rio de Janeiro
1809	Curso de Medicina do Rio de Janeiro
1810	Academia Real Militar do Rio de Janeiro
1812	Curso de Agricultura do Rio de Janeiro
1817	Curso de Química (industrial, geologia e mineralogia) do Rio de Janeiro
1818	Curso de Desenho Técnico do Rio de Janeiro
1827	Curso de Direito de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo São Francisco)
1827	Curso de Direito de Olinda (futura Faculdade de Direito do Recife)
1832	Curso de Farmácia da Bahia
1854	Transferência do Curso de Direito de Olinda para Recife (Faculdade de Direito do Recife)
1864	Curso de Odontologia da Bahia
1877	Academia de Belas Artes da Bahia
1882	Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro

1891	Curso de Direito da Bahia
1895	Escola de Farmácia e Química do Rio Grande do Sul
1896	Escola Politécnica da Bahia
1896	Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul
1900	Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul
1900	Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul
1909	Universidade de Manaus
1911	Universidade de São Paulo
1912	Universidade do Paraná (desativada entre 1913-1920 pelo governo federal, que manteve os cursos isolados)
1917	Extinção da Universidade de São Paulo
1920	Reunião dos cursos criados no Rio de Janeiro para fundação da Universidade do Rio de Janeiro
1920	Curso de Direito da Universidade do Paraná
1920	Curso de Engenharia da Universidade do Paraná
1922	Curso de Medicina da Universidade do Paraná
1926	Fim da Universidade de Manaus (continuidade da Faculdade de Direito)
1927	Universidade de Minas Gerais
1934	Junção das Escola de Farmácia e Química, Engenharia, Medicina, Direito com as recém-criadas Faculdades de Agronomia e Veterinária, de Filosofia, Ciências e Letras com o Instituto de Belas Artes, formando a Universidade de Porto Alegre
1934	Universidade de São Paulo
1934	Incorporação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco à Universidade de São Paulo
1937	A Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar Universidade do Brasil
1941	Junção dos cursos de Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Direito, da Academia de Belas Artes, da Escola Politécnica com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia
1946	Universidade Federal de Pernambuco
1946	Incorporação da Faculdade de Direito do Recife à Universidade Federal de Pernambuco
1946	Reconstituição da Universidade do Paraná
1949	Federalização da Universidade de Minas Gerais
1949	Federalização da Faculdade de Direito da antiga Universidade de Manaus
1950	Federalização da Universidade de Porto Alegre que se transformou na Universidade do Rio Grande do Sul
1950	Junção dos cursos das Escolas baianas e Federalização da Universidade Federal da Bahia, que passou a albergar todos eles
1951	Federalização da Universidade do Paraná
1962-1965	Criação e instalação da Universidade do Amazonas com a incorporação da Faculdade de Direito
1965	A Universidade do Brasil muda seu nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Saviani (2010); Shigunov Neto e Maciel (2008).

Dados trabalhados pelas autoras.

A partir deste quadro, é possível afirmar que entre o período colonial e o início do império não existiram políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do ensino superior no país, em decorrência da própria lógica inerente à ocupação do território brasileiro. No entanto, a vinda da família real ao território oportunizou a criação de vários cursos superiores pelo do país. O momento de ruptura com

esse padrão será a proclamação da República, em que terão origem de fato, as primeiras universidades. Neste processo, não apenas universidades públicas são criadas, mas diversas instituições privadas.

5 CONCLUSÃO

A análise histórica realizada ao longo deste artigo revela que o ensino superior brasileiro começou a existir sem planejamento, a partir de diversos eventos políticos que desencadearam o nascimento dos primeiros cursos no país.

Percebe-se, neste contexto, que o aspecto liberal-humanista do ensino superior francês deixou fortes marcas nas universidades brasileiras influenciadas pelo modelo francês, o que pode ser percebido através da laicidade e predomínio das ciências humanas ao longo do nascimento dos cursos e faculdades pelo país.

Doutro lado, a ausência de políticas públicas e, conseqüentemente, investimentos sistemáticos, legaram ao ensino superior brasileiro enorme desorganização na composição e estrutura das universidades até hoje. Por isso, uma reestruturação positiva deste sistema de ensino pressupõe não apenas a reflexão sobre suas origens, a forma como se desenvolveu e sua estrutura atual, mas sobre as bases ideológicas nas quais se funda, para que assim, de fato, a universidade possa expandir suas

1 INTRODUÇÃO

A história da universidade no Brasil segue uma trajetória diferente daquela experimentada pelos demais países do continente latino-americano, em decorrência de uma série de peculiaridades próprias da colonização brasileira pelos portugueses e dos interesses políticos das elites dos diversos períodos da história do país.

O fato é que muitos aspectos merecem ser observados quando se estuda a complexa história do ensino superior brasileiro. Desta maneira, surge um problema de pesquisa relacionado a esta questão: quais seriam os fatores, sob o prisma histórico, que causaram o atraso na implementação do ensino superior brasileiro em relação aos demais países da América Latina

As universidades propriamente ditas tiveram sua origem na Europa, embora existam discorências, entre os historiadores, quanto ao período efetivo que isso tenha se dado. De um lado, existem aqueles que defendem a existência de um modelo arcaico de universidade já no mundo antigo. De outro, estão os historiadores que vislumbram que, embora algumas sementes tenham sido plantadas em períodos anteriores à Idade Média, a universidade só teria surgido, com caracteres próprios aos conhecidos contemporaneamente, após o Século XI.

A América Latina, por seu turno, teve a influência decisiva do padrão europeu de universidade na consolidação dos primeiros cursos e escolas que surgiram no âmbito da formação profissional dentro das colônias. E isto aconteceu já nas primeiras décadas da colonização. Assim, em termos históricos, o povoamento do território latino-americano, centrado em objetivos comerciais, teve impacto decisivo na maneira como as universidades foram surgindo ao longo do continente.

O Brasil, por outro lado, experimentou uma colonização de caráter exploratório e políticas de controle bastante rígidas por parte da Colônia Portuguesa, o que teria levado a uma consolidação tardia do ensino superior brasileiro. Além disso, os próprios processos político-sociais experimentados ao longo da transição Império-República teriam causado impactos das mais diversas ordens no ensino público brasileiro, dando origem aos cursos superiores no âmbito privado.

Desta forma, colocando-se todas essas questões de maneira objetiva, este artigo tem como objetivo central analisar a história da consolidação do ensino superior no Brasil, averiguando as origens desse sistema de ensino no país e algumas de suas peculiaridades, como as influências político-ideológicas experimentadas principalmente no período de transição do Império para a República.

Para consolidação deste objetivo, a partir da lógica hipotético-dedutiva, pretende-se realizar uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com a coleta de dados ancorada em pesquisa bibliográfica e documental, a fim de trazer à tona informações e dados sobre os cursos superiores que surgiram, ao longo das décadas, no país. Assim, foram usados como fonte de dados livros, artigos científicos e documentos oriundos de algumas universidades brasileiras investigadas, a fim de responder o questionamento supra mencionado.

2 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE

O surgimento da universidade é um capítulo importante da história da humanidade. Isto porque é a partir deste momento que o desenvolvimento da ciência toma grande impulso. Neste sentido, expõe Simões (2013) que a universidade propriamente dita data do final do Século XI, em Bolonha, na Itália, com o nascimento da então denominada “Escola de Artes Liberais”. Como resultado, outras escolas começam a surgir, como é o exemplo da própria Universidade de Bolonha, nascida entre 1180 e 1190 (BARRETO e FILGUEIRAS, 2007), em que era lecionado Direito. Sobre isso, o autor menciona que já existia o curso de Direito Canônico na referida instituição no período entre 1100 e 1130.

É preciso reconhecer que este assunto levanta inúmeras teorias e estudos históricos variados, uma vez que existem discordâncias quanto ao período de surgimento da universidade. Neste sentido, não se pode deixar de mencionar que os estudos pioneiros realizados nesta esfera datam do final do Século XIX, realizados por Heinrich Denifle em 1885 (*Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*) e Hastings Rashdall's em 1895 (*The Universities of Europe in Middle Ages*)[i] (PEDERSEN, 1997, p. ix).

Desses estudos, muitos outros se desenvolveram. Alguns autores, tal qual Bortolanza (2017), afirmam que a origem da Europa remonta a alguns milênios atrás, mas não em sua configuração moderna, mas uma espécie de “modelo embrionário”. [ii] Assim, o surgimento da universidade pode ser visto em locais do mundo antigo que se estabeleceram como lugares de aprendizagem. Conforme menciona o citado autor (2017, p. 3):

seguinto uma ordem cronológica, os registros e marcas apontam a origem da universidade ainda na época helênica, quando no ano 387 antes de Cristo, o grande filósofo Platão, da Grécia, criou a Academia, localizada nos arredores de Atenas, no bosque de Academos (REALE, 2008).

Arqueólogos poloneses numa missão para limpeza do pórtico do Teatro Romano, na parte leste da cidade antiga de Alexandria descobriram 13 salões de aula, com dimensões idênticas e fileiras de bancos em degraus, na forma de semicírculo, e uma tribuna elevada, aparentemente para o professor ou conferencista (LULAT, 2005). A Universidade de Alexandria no antigo Egito tinha capacidade para 5.000 estudantes. Os arqueólogos poloneses também encontraram a antiquíssima biblioteca em Alexandria, fundada por Ptolomeu I cerca de 295 A.C., e incendiada no século IV, localizada na região portuária da cidade de Alexandria (LULAT, 2005). Estas obras tinham como propósito refletir os valores de sua época, ou seja, de apoio a difusão do saber grego clássico para o Oriente (MEY, 2004).

Foi em Alexandria, segundo alguns estudiosos, que teria sido plantada a semente do que viria a ser a universidade propriamente dita, especificamente através da Biblioteca e do Museu, uma vez que ambos os ambientes se desenvolveram como locais de pesquisa. Conforme Barreto e Filgueiras (2007, p. 1780):

A primeira instituição que mais se aproxima de nosso conceito de universidade, embora nunca tenha sido assim designada formalmente, foi o conjunto constituído pela Biblioteca e pelo Museu de Alexandria. Essas duas notáveis instituições da Antigüidade foram criadas na metrópole greco-egípcia fundada às margens do Mediterrâneo por Alexandre Magno. Após a morte prematura de Alexandre em 323 A.C., o general macedônio Ptolomeu assumiu o trono do Egito e inaugurou a dinastia que fundou aqueles dois grandes centros de ciência e cultura, onde trabalharam tantos cientistas importantes do período helenístico, como Euclides, Eratóstenes, Hiparco, Arquimedes da Sicília ou Ptolomeu, o astrônomo. A Biblioteca e o Museu funcionaram como um centro de ensino e pesquisa, de certa forma antecipando nossa visão moderna de uma universidade de pesquisa.

Além disso, é preciso mencionar o imenso legado deixado pela Grécia Antiga em relação ao surgimento e desenvolvimento de inúmeras ciências. É naquele local, também, que surgem professores remunerados já no Século V a. C. (BORTOLANZA, 2017, p. 4).

Outros locais de aprendizagem se desenvolveram ao longo do tempo e permanecem em funcionamento até os presentes dias. Bortolanza (2017) cita, neste sentido, as três universidades mais antigas ainda em funcionamento: Al-Karaouine, no Marrocos, criada em 859 d. C.; Al-Azhar, no Egito, fundada entre 970 e 972 d. C.; e Nizamyia, no Irã, fundada no Século XI, que se constitui em uma rede de universidades estabelecidas na região no período mencionado.

Desta maneira, após estas breves reflexões sobre as discussões em torno do nascimento da universidade, é possível avançar em relação ao seu desenvolvimento na Europa Medieval. Como se disse, a universidade em sua configuração mais moderna nasceu em Bolonha, na Itália, entre 1100 e 1130 (SIMÕES, 2013).

Neste modelo nascente, pode-se notar bastante influência dos modelos gregos de ensino sobre os ideais que se consolidaram no ambiente acadêmico. As escolas de Platão e Aristóteles foram as que mais influenciaram a formação de uma cultura em torno do “Ensino Superior”, através dos modelos de Academia e Liceu (BORTOLANZA, 2017).

O ensino, no período, ocorria basicamente de duas maneiras: a partir da *lectio* e da *quaestio* (leitura e questionamento), o que, sem dúvida, é fruto dos modelos gregos de ensino (SIMÕES, 2013).

Como explica Minogue (1981), a ideia da universidade ganhou força na Europa, pois o conhecimento era algo extremamente desejável ao ideal de sociedade da época. Isto porque ela exercia um papel social com funções que se adequavam muito bem a todas as sociedades europeias. Nela que se desenvolveram e foram transmitidos de forma sistemática o conhecimento científico e métodos refletidos especialmente para a sua criação, o que se tornou, naquele contexto, de forma rápida, parte da tradição intelectual europeia, como bem expressa Rüegg (2013).[iii]

Isto pode ser bem ilustrado a partir da cronologia do surgimento das universidades europeias: Universidade de Bolonha (Século XI); Universidade de Oxford (entre o final do Século XI e o Século XII); Universidade de Paris (Século XII); Universidade de Modena, na Itália (Século XII). No Século XIII, houve considerável expansão das universidades à diversas partes da Europa. Cite-se a criação

da Universidade de Cambridge (Inglaterra), de Salamanca (Espanha), de Montpellier (França), de Al Mustansiriya (Irão), de Siena (Itália), de Valladolid (Espanha), de Piacenza (Itália), Sobornne (França), Murcia (Espanha), Coimbra (Portugal) e Madri. Essa expansão teve nos anos que se seguiram. Assim, ao longo do Século XIV nasceram as universidades de Lerida (Espanha), de Roma (Itália), de Avignon e de Orléans (França), de Perúgia (Portugal), dentre outras. (SIMÕES, 2013).

Ao longo de toda Idade Média surgiram algumas das mais importantes universidades do mundo. Foi esse período que permitiu a expansão das universidades para a América, a partir do legado de Portugal e Espanha durante e após as colonizações.

Desta forma, pode-se dividir o surgimento da universidade em quatro períodos. O primeiro período vai do Século XII ao Renascimento, caracterizado por um “modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja” (TRINDADE, 2000, p. 122). Em um segundo momento, do Século XV ao XVII, a universidade sofre a influência das navegações comerciais, humanismo, reforma protestante e contra-reforma, o que modifica sua essência original. No terceiro momento, do Século XVII ao XIX, a universidade sofre as influências do iluminismo e do desenvolvimento da ciência (TRINDADE, 2000). Por fim, em sua quarta fase, entre o Século XIX e a contemporaneidade, “implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais” (TRINDADE, 2000, p. 122). Neste sentido, explica Bortolanza (2017, p. 4):

A universidade europeia conservou essencialmente a estrutura medieval até o século XVII. Após esse período, a influência da Revolução Científica se fez sentir cada vez mais forte, até que finalmente, no século XIX, ocorreria o que se pode denominar uma verdadeira revolução Universitária, a partir da qual a universidade passa a ser o local por excelência da realização da pesquisa científica.

Trata-se de um resumo da evolução da universidade sob o prisma europeu. Embora a universidade na América Latina e no Brasil (de forma retardatária, diga-se), sofram decisiva influência desse modelo, o fato é o continente latino-americano guardou suas próprias peculiaridades quanto ao desenvolvimento das universidades. Espanhóis e portugueses tiveram influência decisiva nesse processo, merecendo destaque em relação ao tipo de universidade que implantaram em suas colônias.

3 OS CURSOS SUPERIORES NA AMÉRICA LATINA

O aparecimento das primeiras universidades na América Latina está ligado ao processo de difusão da cultura universitária por toda Europa a partir do Século XII, conforme mencionado anteriormente. Segundo esclarece Trindade (2000, p. 123), “enquanto a universidade se alastrava na Europa em todas as suas latitudes – da Península Ibérica à Rússia e do Sul da Itália aos países nórdicos – a instituição aportou nas Américas” .

De um lado, os espanhóis legaram imenso patrimônio cultural aos povos colonizados, mas, de outro, não se pode desconsiderar que isso teve como motivação a necessidade de expansão do sistema comercial espanhol (BORTOLANZA, 2017).

Desta forma, tem-se como marco inicial desse processo a criação da *Universidad Autónoma de Santo Domingo*, na atual República Dominicana, em 1538. Mas foi com a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* que o cenário começou a mudar, como explica Bortolanza (2017, p. 6):

Decana da América, fundada em 12 de maio de 1551 nos conventos de Cuzco, principal cidade peruana no século XVI, e Lima com estudos de Artes e Teologia (...). La Universidad Nacional Mayor de San Marcos é a única da América que teve suas atividades continuadas sem interrupções. Desde a sua criação foi conduzida por 213 reitores. Embora tenha mudado de locais por cinco vezes, manteve sua função universitária em plena atividade.

O modelo dessas universidades, por decorrência lógica do processo colonizatório, seguiu o modelo francês adotado nas universidades europeias. Esse era o modelo adotado em Salamanca, expandindo-se por todo o continente (TRINDADE, 2000).

A prática das universidades europeias estava associada essencialmente a atividades de pesquisa, enquanto que na América Latina a prática profissional acabou se desvinculando, pouco a pouco, desse padrão, o que vai colaborar para o paulatino declínio da influência do modelo europeu no ensino universitário do continente latino (BORTOLANZA, 2017).

As universidades latinas, com o tempo, se multiplicaram a ponto que já no Século XVIII poderiam ser vistas em grande parte dos países (já existiam 19 nesse período). No Século XIX, já tinham sido fundadas mais de 30 universidades na América Latina (BORTOLANZA, 2017).

Os Estados Unidos apresentaram um modelo de universidade diferenciado. As universidades formavam cientistas, através de programas de doutorado que os habilitavam não apenas ao ensino, mas estimulava a consolidação de uma cultura em pesquisa, o que, de um lado, ajudou o contexto latino-americano, pois influenciou os países na criação de novas universidades e, de outro, levou a um afastamento do modelo europeu, na medida em que a América do Norte passou a influenciar mais seus vizinhos latinos com um modelo com caracteres próprios (BORTOLANZA, 2017).

O Brasil, por outro lado, era o único país latino-americano que não tinha universidades no Século XIX (BORTOLANZA, 2017), o que foi causado pela política expansionista portuguesa, cujo caráter exploratório demandava uma colônia submissa e sem pretensões de autonomia, incapaz de assumir a direção de si própria, o que vai postergar a propagação de uma cultura universitária no território nacional.[iv]

4 OS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL

O ensino superior no Brasil se desenvolveu, a partir do Século XIX, em descompasso com os demais países da América Latina, cujo povoamento e colonização levaram à criação das primeiras universidades já no Século XVI (TRINDADE, 2000). Essa criação tardia dos espaços universitários ocorreu por causa dos ideais e objetivos políticos que a coroa portuguesa reservara ao Brasil ao longo dos primeiros séculos de seu descobrimento (SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Moreira (2013) afirma que no Brasil o surgimento da universidade remontaria ao início do Século XIX. Nas palavras do autor (2013, p. 34):

De forma diferente de outros países da América Latina, a Universidade no Brasil não logrou existência anterior ao século XX. Apesar de as discussões acerca do estabelecimento de uma universidade no Brasil avançarem ao final do século XIX, não houve consenso entre os setores sociais dominantes quanto a sua importância e necessidade para o país. As problemáticas eram diversas, iam da busca por protagonismo de algumas províncias que queriam

o pioneirismo de sediar essa instituição no Brasil ao conservadorismo de atores positivistas influentes naquele início da República (1898).

É o caso, também, de Stallivieri (2006), que afirma que a origem desta instituição teria se dado no começo do Século XIX. Conforme expõe, isso seria fruto da

(...) formação das elites que buscaram a educação em instituições europeias durante o período de 1500 a 1800 e que retornaram ao país com sua qualificação. Elas surgem em momentos conturbados e são basicamente fruto da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, fato que lhes deu uma característica bastante fragmentada e frágil (STALLIVIERI, 2006, p. 3).

O fato é que há um consenso sobre o desenvolvimento desta modalidade de ensino ao longo do Século XIX, o que permite a identificação de uma série de peculiaridades que marcaram o ensino universitário brasileiro que nascia naquele momento. Isto porque tanto o capital político quanto o cultural dos grupos dominantes à época acabaram por influenciar a existência e trajetória da universidade no país (SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Assim, é a vinda da família real ao Brasil, em 1808, que inaugura este período. Inicialmente, foram surgindo faculdades isoladas, cujo objetivo era a formação, principalmente, de profissionais liberais. Esses “cursos avulsos” foram criados por D. João VI, como explica Saviani (2010, p. 7):

Esboçando uma visão de conjunto podemos dizer que no Brasil o ensino superior teve origem a partir de 1808 na forma dos cursos avulsos criados por iniciativa de D. João VI, sendo somente no primeiro quartel do século XX que aparecem algumas iniciativas, ainda isoladas e pouco exitosas de organização de universidades. Estas só começaram a se caracterizar mais claramente a partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, seguido do Decreto n. 19.852, da mesma data, dispondo sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

Entre o período do surgimento desses primeiros cursos e a proclamação da república (1889) o desenvolvimento do ensino superior brasileiro aconteceu de forma muito lenta. A consolidação dessas primeiras faculdades em universidades de fato só acontecerá no Século XX. Neste interregno, o modelo de ensino superior estava ancorado na formação de profissionais liberais que, uma vez formados, ocupariam cargos públicos e espaços de destaque no mercado de trabalho então existente. A estes, além do acesso privilegiado ao ensino e a cargos e empregos pouco acessíveis à população em geral, era garantido também um *status* social de destaque (MARTINS, 2002).

O cenário pouco se altera com a independência política entre Brasil e Portugal, em 1822. Alguns fatores políticos levaram à essa estagnação no desenvolvimento das universidades. Foram propostos 24 projetos de lei com o objetivo de criar mais instituições de ensino superior entre 1808 e 1822, mas nenhum deles prosperou, dada a ausência de vontade das elites dominantes daquele período histórico, que poucas vantagens viam na abertura do ensino superior a outras camadas sociais (MARTINS, 2002).

Houve uma pequena melhora desse quadro após 1850 com o desenvolvimento de entidades e instituições de caráter científico, como é o caso do Museu e Observatório Nacional. Existiam poucas faculdades no território nacional durante o Século XIX: “apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes” (MARTINS, 2002, p. 1).

Um movimento em prol da “desoficialização do ensino”, encabeçado por liberais, mobilizou as esferas sociais para que a iniciativa privada ganhasse espaço dentro do ensino superior, o que se intensificou com o fim do império. Assim, em 1879 foi proclamada a Reforma Leôncio de Carvalho, permitindo o que se denominou de “ensino livre”, ou seja, a criação de faculdades administradas da iniciativa privada (SAVIANI, 2010, p. 5).

A Constituição de 1891 é promulgada a fim de garantir a liberdade e direitos individuais, mas pecou em relação à proteção dos direitos individuais. De um lado, garantiu a plenitude de direitos civis e políticos a todos os brasileiros. Mas, de outro, tornou-se, visivelmente, uma Carta de Direitos representativa um conjunto de escolhas oriundas de um “congresso elitista e liberal” formado, majoritariamente, por “médicos, advogados e engenheiros”. Assim, a Assembleia Nacional Constituinte “foi marcada por um forte colorido liberal-positivista, com acentuada inspiração dos ideais americanos de sociedade” (SILVA, 2009, p. 4).

Neste sentido, é preciso lembrar que a igualdade, sob o prisma liberal, está arraigada na noção de que todos deveriam ter acesso a igualdade formal de direitos civis, o que significa que todos são iguais perante a lei (SILVA, 2009). Não se levou em consideração, neste viés político, que as diferenças sociais, econômicas e culturais afastavam grande parte da população do acesso material aos bens, serviços públicos e aos próprios direitos sociais, nos quais a educação se encontra inserida.

Assim, o ensino superior privado conseguiu ampla base jurídica para se desenvolver, o que ampliou a quantidade dessas faculdades em território nacional. Nas palavras de Martins (2002, p. 1):

As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920.

O momento de transição – do Império para República – trouxe novas concepções pedagógicas em todas as modalidades de ensino. A proposta educacional estava ancorada nos ideais liberais que propugnavam o desenvolvimento pleno de uma economia livre. Desta forma,

A pedagogia republicana repousava sobre uma ordem social, ainda que precária, fundamentada numa sociedade aberta, livre e democrática, atribuindo à educação o papel de agente da reforma social através da edificação do Estado liberal, projetado no século XVIII, na Europa. O liberalismo era apresentado pelas forças republicanas como o valor mais sagrado, superior inclusive à educação (SILVA, 2009, p. 6).

A partir de 1920 houve uma mudança no teor das discussões sobre a universidade. Passou-se a discutir o conceito de universidade e seu papel dentro do espaço social. Isto foi uma evolução em termos de desenvolvimento qualitativo do ensino superior, pois a partir desse período a ciência e a pesquisa se tornaram o foco central dessa modalidade de ensino (MARTINS, 2002).

Já na década de 1930, o Estado atuou mais fortemente no sistema nacional de educação, com a

criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a reforma educacional Francisco Campos, levada a cabo em 1931. Dessa reforma nasceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, a partir do Decreto nº 19.851/1931. Em 1920 já tinha sido constituída a Universidade do Rio de Janeiro a partir da junção de várias faculdades esparsas, como a Faculdade de Medicina (anteriormente Academia de Medicina e Cirurgia, fundada em 1808), da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, da Escola Politécnica e da Faculdade Nacional de Direito. Com as reformas educacionais da década de 1930, essa universidade foi reformada, a partir do Decreto nº 19.852/1931 e foi fundada a Universidade de São Paulo em 1934, além da Universidade do Distrito Federal (cuja administração pertencia a capital do país à época, ou seja, o Rio de Janeiro. Essa onda de federalizações foi o marco da atuação federal na educação superior nas décadas seguintes, aliada a criação de novas universidades (SAVIANI, 2010).

4.1 CRONOLOGIA DAS FACULDADES E UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A partir das análises realizadas, é possível construir uma linha do tempo da criação dos cursos superiores, faculdades e universidades no Brasil, como é possível conferir no quadro abaixo:

QUADRO 1: Cronologia dos cursos superiores no Brasil

Período	Tipo de Instituição
1549-1759	Cursos de filosofia e teologia dos colégios Jesuítas
1792	Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro
1808	Curso de Engenharia da Academia Real da Marinha do Rio de Janeiro
1808	Curso de Cirurgia da Bahia
1808	Curso de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro
1808	Curso de Economia do Rio de Janeiro
1809	Curso de Medicina do Rio de Janeiro
1810	Academia Real Militar do Rio de Janeiro
1812	Curso de Agricultura do Rio de Janeiro
1817	Curso de Química (industrial, geologia e mineralogia) do Rio de Janeiro
1818	Curso de Desenho Técnico do Rio de Janeiro
1827	Curso de Direito de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo São Francisco)
1827	Curso de Direito de Olinda (futura Faculdade de Direito do Recife)
1832	Curso de Farmácia da Bahia
1854	Transferência do Curso de Direito de Olinda para Recife (Faculdade de Direito do Recife)
1864	Curso de Odontologia da Bahia
1877	Academia de Belas Artes da Bahia
1882	Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro
1891	Curso de Direito da Bahia
1895	Escola de Farmácia e Química do Rio Grande do Sul
1896	Escola Politécnica da Bahia
1896	Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul
1900	Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul
1900	Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul
1909	Universidade de Manaus
1911	Universidade de São Paulo
1912	Universidade do Paraná (desativada entre 1913-1920 pelo governo federal, que manteve os cursos isolados)

1917	Extinção da Universidade de São Paulo
1920	Reunião dos cursos criados no Rio de Janeiro para fundação da Universidade do Rio de Janeiro
1920	Curso de Direito da Universidade do Paraná
1920	Curso de Engenharia da Universidade do Paraná
1922	Curso de Medicina da Universidade do Paraná
1926	Fim da Universidade de Manaus (continuidade da Faculdade de Direito)
1927	Universidade de Minas Gerais
1934	Junção das Escola de Farmácia e Química, Engenharia, Medicina, Direito com as recém-criadas Faculdades de Agronomia e Veterinária, de Filosofia, Ciências e Letras com o Instituto de Belas Artes, formando a Universidade de Porto Alegre
1934	Universidade de São Paulo
1934	Incorporação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco à Universidade de São Paulo
1937	A Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar Universidade do Brasil
1941	Junção dos cursos de Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Direito, da Academia de Belas Artes, da Escola Politécnica com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia
1946	Universidade Federal de Pernambuco
1946	Incorporação da Faculdade de Direito do Recife à Universidade Federal de Pernambuco
1946	Reconstituição da Universidade do Paraná
1949	Federalização da Universidade de Minas Gerais
1949	Federalização da Faculdade de Direito da antiga Universidade de Manaus
1950	Federalização da Universidade de Porto Alegre que se transformou na Universidade do Rio Grande do Sul
1950	Junção dos cursos das Escolas baianas e Federalização da Universidade Federal da Bahia, que passou a albergar todos eles
1951	Federalização da Universidade do Paraná
1962-1965	Criação e instalação da Universidade do Amazonas com a incorporação da Faculdade de Direito
1965	A Universidade do Brasil muda seu nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Saviani (2010); Shigunov Neto e Maciel (2008).

Dados trabalhados pelas autoras.

A partir deste quadro, é possível afirmar que entre o período colonial e o início do império não existiram políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do ensino superior no país, em decorrência da própria lógica inerente à ocupação do território brasileiro. No entanto, a vinda da família real ao território oportunizou a criação de vários cursos superiores pelo do país. O momento de ruptura com esse padrão será a proclamação da República, em que terão origem de fato, as primeiras universidades. Neste processo, não apenas universidades públicas são criadas, mas diversas instituições privadas.

5 CONCLUSÃO

A análise histórica realizada ao longo deste artigo revela que o ensino superior brasileiro começou a existir sem planejamento, a partir de diversos eventos políticos que desencadearam o nascimento dos primeiros cursos no país.

Percebe-se, neste contexto, que o aspecto liberal-humanista do ensino superior francês deixou fortes marcas nas universidades brasileiras influenciadas pelo modelo francês, o que pode ser percebido através da laicidade e predomínio das ciências humanas ao longo do nascimento dos cursos e faculdades pelo país.

Doutro lado, a ausência de políticas públicas e, conseqüentemente, investimentos sistemáticos, legaram ao ensino superior brasileiro enorme desorganização na composição e estrutura das universidades até hoje. Por isso, uma reestruturação positiva deste sistema de ensino pressupõe não apenas a reflexão sobre suas origens, a forma como se desenvolveu e sua estrutura atual, mas sobre as bases ideológicas nas quais se funda, para que assim, de fato, a universidade possa expandir suas fronteiras e garantir a toda sociedade o acesso e participação na produção do conhecimento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. *In* Colóquio Internacional de Gestão Universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do conhecimento, XVII, 2017, Mar del Plata - Argentina. **Anais do XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017, p. 1-16.

FIGUEIREDO, Maria C. M.; COWEN, Robert. Modelos de cursos de formação de professores e mudanças políticas: um estudo sobre o Brasil. *In* SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (Orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005, p. 175-190.

LUCCHESI, Martha Abraão Saad. O ensino superior brasileiro e a influência do modelo francês. *In* Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, XI, 2011, Florianópolis. **Anais do XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2011, p. 1-13.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, SP, v. 12, n. 3, 2002.

MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. Tradução de Jorge Eira G. Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOREIRA, João Flávio de Castro. **As políticas de expansão e privatização do Ensino Superior no Brasil e Argentina (1989-2009)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEDERSEN, Olaf. **The first universities: studium generale and the origins of university education in europe**. Tradução do dinamarquês para o inglês de Richard North. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RÜEGG, Walter. Foreword. *In* RIDDER-SYMOENS, Hilde de (editor). **An history of the University in Europe**, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In* Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, IX, 2009, Florianópolis. **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 1-17.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Revista Educar**, Curitiba, PR, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, João Carlos da Silva. Estado, sociedade e educação: o público e o privado na Constituição de 1891. *In* Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 4º, 2009, Cascavel, SC. **Anais do 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: Unioeste, 2009, p. 1-10.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *In* **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, PB, v. 22, n. 2, 2013.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior no Brasil – Características, tendências e perspectivas**. Disponível em: . Acesso em: 01/07/2018.

TRINDADE, Hégio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.

Notas

[1] O primeiro foi um historiador e paleontologista austríaco. O segundo, um historiador, teólogo e filósofo inglês.

[2] “The university is a European institution; indeed, it is the European institution par excellence” (“a universidade é uma instituição europeia; na verdade, é uma instituição europeia por excelência”) (RÜEGG, 2003, p. xix, tradução livre). A afirmação parte de uma série de estudos históricos realizados na Europa sobre a história da universidade.

[3] “Moreover, the university is a european institution because it has, in its social role, performed certain functions for all European societies. It has developed and transmitted scientific and scholarly knowledge and the methods of cultivating that knowledge which has arisen from and formed part of the common European intellectual tradition. It has at the same time formed an academic elite, the ethos of which rests on common European values and which transcends all national boundaries” (RÜEGG, 2003, p. xx).

[4] Falar em colonização, no país, perpassa “o espírito com que os povos da Europa abordam a América” (PRADO JR., 2011, p. 20). Este termo está ligado ao “estabelecimento de feitorias comerciais” (PRADO JR., 2011, p. 20), objetivo central dos povos que se lançaram às navegações, em um primeiro momento. O povoamento em núcleos populacionais vai anteder, historicamente, a essa necessidade e, por isso, o país vai se tornar um dos retardatários, dentro do continente, do processo de criação e expansão universitária.